



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Recurso de agravo nº: 0183593-8/02

Agravante: Banco do Brasil S/A

Agravado: Newton Pedrosa

Relator: Des. Eduardo Sertório

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - RECURSO DE AGRAVO - PRODUÇÃO DE PROVAS EM INSTÂNCIA RECURSAL - POSSIBILIDADE - CADERNETA DE POUPANÇA- PLANOS BRESSER E VERÃO - CONTAS POUPANÇAS COM DATAS DE ANIVERSÁRIO SITUADA NA PRIMEIRA QUINZENA DOS MESES DE JUNHO DE 1987 E JANEIRO DE 1989 - AGRAVO DESPROVIDO À UNANIMIDADE.

1. Não há que se falar em inovação em sede recursal, pois os documentos foram juntados por determinação deste juízo e não por iniciativa de Newton, ora embargado.

2. A providência determinada por esse juízo objetivou elucidar as provas, a fim de permitir a formação do convencimento para solucionar a lide.

3. Deve o Banco proceder com o pagamento da diferença resultante entre o percentual de 26,06%, referente ao IPC de julho de 1987, expurgado pelo Plano Bresser e o efetivamente utilizado à época e da diferença verificada entre o percentual de 42,72%, referente ao IPC de janeiro de 1989, expurgado pelo Plano Verão e o efetivamente utilizado no período.

ACÓRDÃO: Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do Recurso de Agravo nº **183593-8/02**, em que figuram como agravante **BANCO DO BRASIL S/A** e como agravado, **NEWTON PEDROSA** os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco que compõem a 3ª. Câmara Cível, unanimemente, em rejeitar ao Recurso de Agravo, na conformidade do relatório, voto e ementa que integram este julgado.

Recife, 06/11/09

Eds Sertório

EDUARDO SERTÓRIO
Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Recurso de agravo nº: 0183593-8/02

Agravante: Banco do Brasil S/A

Agravado: Newton Pedrosa

Relator: Des. Eduardo Sertório

RELATÓRIO

Cuido de recurso de agravo oposto pelo BANCO DO BRASIL S/A contra decisão terminativa que negou seguimento ao recurso de apelação por ele anteriormente interposto por entender estar o mesmo em manifesto confronto à jurisprudência do STJ.

O Banco considera ter havido inovação em sede recursal, diante da produção de provas em segunda instância. Segundo afirma, as explicações relativas à titularidade da conta poupança deveriam ter vindo com a inicial e não em sede recursal.

Na sequência afirma não ter Newton juntado os extratos relativos a todo o período da condenação. Seguindo esse raciocínio, defende não ser possível ser condenado a ressarcir as diferenças de expurgos inflacionários pleiteados por Newton.

Ao final, requereu o provimento do presente recurso para reformar a decisão terminativa, no sentido de excluir a condenação do Banco ao ressarcimento de diferenças de índices de cadernetas de poupança.

Apresento o recurso de agravo para julgamento pelo colegiado, uma vez não exercido o juízo de retratação (CPC, art. 557, § 1º).

É o relatório.

Recife, 26/11/05

J. egs. Cant

EDUARDO SERTÓRIO
Desembargador Relator

20
231



27
L

932

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Recurso de agravo nº: 0183593-8/02

Agravante: Banco do Brasil S/A

Agravado: Newton Pedrosa

Relator: Des. Eduardo Sertório

VOTO

Através do presente recurso, o Banco pretende ver afastada a condenação ao pagamento de expurgos inflacionários que lhe foi imposta pela decisão monocrática.

Inicialmente o Banco considera ter ocorrido inovação em sede recursal, diante da produção de provas em segunda instância. Segundo ele, as explicações relativas à titularidade da conta poupança deveriam ter vindo com a inicial e não em sede recursal.

A bem da verdade tais argumentações já foram exaustivamente apreciadas quando da apreciação dos embargos de declaração anteriormente opostos pelo Banco. Senão vejamos trecho da decisão abaixo transcrito:

Na verdade, não há que se falar em inovação em sede recursal, pois os documentos foram juntados por determinação deste juízo e não por iniciativa de Newton, ora embargado.

Ora, a providência determinada por esse juízo, através do despacho de fl. 130 objetivou elucidar as provas, a fim de permitir a formação do convencimento para solucionar a lide.

Acerca da possibilidade de produção de provas no Tribunal:

É possível a produção de provas em tribunal. (...). O tribunal também tem poder instrutório; não lhe cabe apenas reexaminar as provas que já foram colhidas em primeira instância. Ao julgar um recurso, é-lhe permitido determinar a produção de novas provas.¹

Se o entender conveniente, converterá o julgamento em diligência para a produção de provas novas, destinada à formação do convencimento de seus membros e poderá excluir as que considerar ilícitas do material probatório; (...)²

Quanto à matéria em questão, bastante elucidativos os dizeres de Fredie Didier: (...)aplica-se ao tribunal o art. 130 do CPC, que confere poderes instrutórios ao juiz - e em tribunal há juízes; com competência funcional diversa, é claro, mas juízes. Nada justifica restringir a incidência do artigo à atuação do juízo de primeira instância. **NÃO SE PODE RESTRINGIR O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO JURISDICCIONAL DO TRIBUNAL, EM COMPETÊNCIA RECURSAL. SE A CAUSA HÁ DE SER RE-JULGADA NO PROCEDIMENTO RECURSAL,**

¹ Didier, Fredie Jr.; Carneiro da Cunha, Leonardo José. Curso de Direito Processual Civil. volume 3. 5ª edição. Editora *Juspodium*. Salvador, Bahia:2008. p. 491.

² ADA PELLEGRINI, ANTÔNIO SCARANCE FERNANDES E ANTÔNIO MAGALHÃES GOMES FILHO in Didier, Fredie Jr.; Carneiro da Cunha, Leonardo José. Curso de Direito Processual Civil. volume 3. 5ª edição. Editora *Juspodium*. Salvador, Bahia:2008. p. 492.

233

NÃO SE PODE RETIRAR DO ÓRGÃO AD QUEM A POSSIBILIDADE DE PRODUZIR PROVAS QUE FUNDAMENTEM O SEU CONVENCIMENTO.³

Ademais, em defesa da tese acerca da possibilidade de produção de provas por determinação da instância *ad quem*, há julgado proferido pelo STJ, nos seguintes termos:

PROCESSO CIVIL. INICIATIVA PROBATÓRIA DO SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO POR PERPLEXIDADE DIANTE DOS FATOS. MITIGAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DEMANDA. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PRECLUSÃO PRO JUDICATO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO QUE NÃO RENOVA PRAZO RECURSAL CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU PROVA PERICIAL CONTÁBIL. DESNECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. PROVIMENTO DO RECURSO PARA QUE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA PROSSIGA NO JULGAMENTO DA APELAÇÃO.

- OS JUÍZOS DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS DE JURISDIÇÃO, SEM VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DEMANDA, PODEM DETERMINAR AS PROVAS QUE LHE APROVEREM, A FIM DE FIRMAR SEU JUÍZO DE LIVRE CONVICÇÃO MOTIVADO, DIANTE DO QUE EXPÕE O ART. 130 DO CPC.

- A INICIATIVA PROBATÓRIA DO MAGISTRADO, EM BUSCA DA VERDADE REAL, COM REALIZAÇÃO DE PROVAS DE OFÍCIO, NÃO SE SUJEITA À PRECLUSÃO TEMPORAL, PORQUE É FEITA NO INTERESSE PÚBLICO DE EFETIVIDADE DA JUSTIÇA.

(...)(REsp 345436/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/03/2002, DJ 13/05/2002 p. 208).

A Ministra Nancy Andrigli define seu posicionamento no voto proferido no caso em destaque, quando afirma:

Portanto, a ocorrência de preclusão temporal para as partes que não se propuseram a demonstrar a necessidade da prova pericial contábil requerida não afasta a iniciativa probatória do juízo natural, seja em primeiro ou segundo grau de jurisdição, ainda que no exercício de competência recursal revisional.

Conclui-se, pois, que para o recorrido operou-se a preclusão temporal porque não se insurgiu contra o indeferimento da prova pericial; e que pode haver renovação probatória para colheita de prova pericial, por determinação do segundo grau de jurisdição, mas desde que haja relevância e necessidade na dilação probatória.

Respalda a possibilidade de produção probatória a se realizar por determinação da instância recursal, o pensamento formulado pelo Ministro Carlos Alberto Menezes Direito exposto na mesma decisão em referência:

SENHOR PRESIDENTE, ENTENDO QUE A APELAÇÃO DEVOLVE AO TRIBUNAL O CONHECIMENTO DA MATÉRIA E O TRIBUNAL PODE, EM QUALQUER CIRCUNSTÂNCIA, CONSIDERANDO NECESSÁRIO PARA O JULGAMENTO DA DEMANDA, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE PROVA. O TRIBUNAL NÃO ESTÁ ADSTRITO À PROVA PRODUZIDA EM PRIMEIRO GRAU. AO REVÉS, SE O TRIBUNAL TEM DE JULGAR A MATÉRIA NOVAMENTE, A ELE DEVOLVIDA POR INTEIRO, PODE, SE OS SEUS MEMBROS ENTENDEREM QUE A PROVA É NECESSÁRIA, CONVERTER O PROCESSO EM DILIGÊNCIA E DETERMINAR A REALIZAÇÃO DA PROVA. NESSE CASO, COMO A EMINENTE MINISTRA RELATORA SALIENTOU NÃO SE TRATOU DE PEDIDO DA PARTE. A PROVA FOI REALIZADA POR DECISÃO DO TRIBUNAL. HÁ CASOS, E TENHO A LEMBRANÇA DE QUE ESTA CORTE ASSIM JÁ DECIDIU, EM QUE, TRATANDO-SE DE MATÉRIA MÉDICA, O TRIBUNAL DETERMINOU A REALIZAÇÃO DE OUTRO TIPO DE PROVA, ALÉM DA QUE FOI, EFETIVAMENTE, PRODUZIDA, PARA QUE PUDESSE TER MAIS ELEMENTOS PARA JULGAR A LIDE.

Assim, não há qualquer razão para reforma da decisão proferida, pois o despacho de fl. 130 procedeu regularmente com a determinação de provas na instância recursal.

³ *Idem*, p. 493.

2^o
234
1

Percebe-se, portanto, pretender o Banco apenas rediscutir matérias já apreciadas anteriormente, razão pela qual não merece prosperar sua irresignação.

Prosseguindo com as argumentações, o Banco aduz não ter Newton juntado os extratos de caderneta de poupança relativos a todo o período da condenação. Por essa razão, entende não ser possível

Ora, o Banco foi condenado a pagar as diferenças de expurgos inflacionários relativos aos meses de junho de 1987 e janeiro de 1989, períodos relativos aos Planos Bresser e Verão, respectivamente. Ao contrário do que alega, não foi sucumbente em relação a março de 1990.

Pois bem, a toda evidência não merecem guarida tais afirmações do Banco, pois **mediante simples análise dos documentos carreados autos constata-se ter Newton juntado os extratos correspondentes ao período em que figuraram os Planos Bresser e Verão (fls. 23, 26).**

Nada obstante, verifico que a data de aniversário das contas poupanças de Newton situam-se na primeira quinzena dos meses de junho/1987 e fevereiro/1989, razão pela qual, faz jus, indiscutivelmente a receber os expurgos pleiteados.

Dessa forma é dever do Banco pagar a diferença resultante entre o percentual de 26,06%, referente ao IPC de julho de 1987, expurgado pelo Plano Bresser e o efetivamente utilizado à época e da diferença verificada entre o percentual de 42,72%, referente ao IPC de janeiro de 1989, expurgado pelo Plano Verão e o efetivamente utilizado no período.

Assim, rejeito o recurso de agravo, mantendo a decisão monocrática pelos seus próprios fundamentos.

É o voto.

Recife, 26/11/09


EDUARDO SERTÓRIO
desembargador relator